

**RAZÃO E LOUCURA NO CONTO “GRAVATA”,
DE CAIO FERNANDO ABREU**

*Ana Paula Cantarelli**

RESUMO: Neste texto, apresentamos uma análise do conto “Gravata”, do escritor gaúcho Caio Fernando Abreu, a partir de alguns aspectos da sociedade capitalista moderna. Enfatizamos a relação de oposição entre objetividade e subjetividade presente no conto desde a perspectiva do Fator Econômico e da Estrutura Econômica seguindo o viés presente nos estudos do filósofo Karel Kosik (1979).

PALAVRAS-CHAVE: Caio Fernando Abreu; Modernidade; Metrópole; Mercado Consumidor.

Considerações iniciais

Entre 1964 e 1985, o Brasil vivenciou um período de ditadura militar. Falar da ditadura militar brasileira implica em retomar um momento de grande desenvolvimento urbano e tecnológico, mas também implica em: evocar um passado envolto em desmandos, autoritarismo, violência e trauma; lidar com memória e esquecimento; lidar com uma série de estudantes, sindicalistas, intelectuais, presos políticos e guerrilheiros torturados e mortos. Como aponta Reis (2005, p. 07), “quase ninguém quer se identificar com a ditadura militar nos dias de hoje. Contam-se nos dedos aqueles que se dispõem a defender as opções que levaram à sua instauração e consolidação. (...) Para a grande maioria da socie-

* Pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Literatura, da Universidade de Brasília (UnB). Professora do Curso de Letras – Espanhol, da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

dade, a ditadura e os ditadores foram demonizados”. Essa demonização permitiu o estabelecimento de uma relação de oposição: de um lado, “a ditadura, um tempo de trevas, o predomínio da truculência, o reino da exceção, os chamados *anos de chumbo*”, e, de outro, “a nova república, livre, regida pela Lei, o reino da cidadania, a sociedade reencontrando-se com sua vocação democrática” (REIS, 2005, p. 07-08). Se considerarmos os desmandos políticos, a violência, as sessões de tortura, a impossibilidade da livre expressão de opiniões, o grande número de jovens, de pais e mães de família e de intelectuais cujo destino não é explicado, a dura censura que mutilava a produção cultural do país, e somarmos a isso o medo, a angústia e a desorientação que se abateu sobre a população durante os vinte e um anos em que os militares comandaram o país, compreenderemos o porquê dessa divisão.

Neste texto, nossa atenção recai sobre as mudanças econômicas e urbanas vivenciadas pelo país no período ditatorial, destacando a tentativa brasileira de alcançar o desenvolvimento capitalista apregoado pelos Estados Unidos e pelas grandes potências europeias. Segundo Vasconcellos (2000, p. 53), “com o advento da ditadura militar e a abertura do capital estrangeiro, inicia-se um processo específico de modernização capitalista, que afetou toda a sociedade brasileira”. Essa modernização promoveu alterações na tecnologia de produção, no uso do solo, na estrutura urbana e nos padrões de deslocamento. Esse momento histórico foi marcado por um intenso crescimento econômico (um dos maiores do mundo na época). A modernização implicou na criação de novas fábricas, no estabelecimento de indústrias estrangeiras, atraindo um grande público para o setor urbano em busca de oportunidades de emprego.

As metrópoles configuraram-se como um dos símbolos da ditadura militar. Seu desenvolvimento e crescimento remetiam à proposta de construção de estruturas econômicas e políticas propensas à modernização que representassem o desenvolvimento alcançado pelas sociedades. Como modernização entendia-se a implantação do capitalismo ao estilo estadunidense, considerado como o único modelo possível (e permitido) para as nações latino-americanas. As metrópoles, como Rio de Janeiro e São Paulo, concentra-

vam o ideal de desenvolvimento e de urbanização apregoado pelo regime militar, reunindo fábricas, indústrias, novas tecnologias e, por conseguinte, possibilidades de emprego. Os grandes centros urbanos eram o cartão de visitas que o governo brasileiro podia exibir para os demais países, pois permitia o estabelecimento da oposição entre o urbano (desenvolvido, racional) e o rural (não-desenvolvido, irracional). Segundo Skidmore (1988, p. 575), “com a industrialização e a urbanização do Brasil, os moradores das cidades melhoraram consideravelmente em termos de nutrição, saúde e de outros indicadores sociais. Mas essas melhorias não se estenderam às zonas rurais que continuaram atrasadas e pobres”.

Em sua organização, as metrópoles possuem características que as diferenciam das pequenas cidades. Nelas, o movimento tecnológico e industrial assume grandes proporções, a rotina de trabalho se estabelece de forma singular, as formas de moradia e as relações entre as pessoas apresentam traços distintos quando comparadas a cidades de menor porte. Walter Benjamin (1989), no início do século passado, já destacava que a metrópole constitui-se no palco da multidão, do tráfego da turba anônima no uso do espaço público comum. Nos grandes centros urbanos, segundo Simmel (1983), os sujeitos vivenciam conflitos em seu processo de individualização, pois se percebem ao mesmo tempo estimulados e embaraçados em suas tentativas de encontrar um espaço na multidão. Em meio à aglomeração, o anonimato se estabelece como um imperativo que é fortalecido pela indiferença e pela impessoalidade associadas à objetividade da sociedade capitalista.

Para discutir os aspectos contextuais, que marcaram o período ditatorial brasileiro, relacionados às mudanças econômicas e sociais, escolhemos o conto “Gravata”, de Caio Fernando Abreu. Tal conto pertence ao livro *O ovo apunhalado*, publicado pela primeira vez em 1975. Em 1984, esse livro passou por um processo de revisão e ganhou o texto “O ovo revisitado”, como uma espécie de apresentação. Nesse texto, Caio Fernando Abreu fala um pouco do processo de criação dos contos e do período em que foram escritos: “Tempo de dançadas federais. Tempo de fumaça, de lindos sonhos dourados e de negra repressão” (ABREU, 2001, p. 10). Para que a edição

de 1975 pudesse ser publicada, Abreu necessitou alterar algumas passagens e realizar diversos cortes: “Na época, foi difícil publicá-lo. Da primeira edição, foram cortados alguns trechos (incluídos nesta) considerados ‘fortes’ pela instituição cultural que o coeditou. Foram também eliminados três textos ‘ímorais’, que não incluí nesta porque tornariam o livro ainda mais repetitivo do que ele já é” (ABREU, 2001, p. 11).

A escolha de “Gravata” como objeto de análise deve-se ao fato deste haver sido produzido em um contexto marcado por grandes e intensas transformações econômicas, políticas e sociais. No conto, a subjetividade do protagonista eleva-se em oposição à objetividade do mercado consumidor, reproduzindo os dilemas mais íntimos dos sujeitos que viviam no ambiente urbano e integravam a força produtiva da época. Neste estudo, o texto escrito por Abreu (revisado para a edição de 1984) foi analisado a partir da perspectiva do Fator Econômico e da Estrutura Econômica, considerando o período histórico vivenciado pelo Brasil na década de 1970.

Estrutura do conto

O conto “Gravata” apresenta um narrador onisciente que nos expõe a conturbada relação entre um homem e uma gravata. Pouco sabemos sobre o protagonista: desconhecemos seu nome, mas somos informados sobre algumas de suas características físicas (apresenta obturações e falhas nos dentes, rugas na testa e escassos cabelos – essas características são apresentadas apenas no último parágrafo, até então o destaque era dado apenas à gravata) e sobre parte de sua rotina (toma ônibus para ir ao trabalho, vive sozinho, prepara o próprio jantar, fuma). O protagonista é apresentado como um homem comum, igual a muitos outros: “No ônibus, observou impiedoso as gravatas dos outros homens, todas levemente desbotadas e vulgares em suas colorações precisas, sem a menor magia. Pelo vidro da janela analisou a sua própria gravata, e decepcionou-se constatando-a igual a todas as outras” (ABREU, 2001, p. 26). As roupas são o elemento que

equipara todos os homens - suas características físicas e psicológicas não são levadas em consideração -.

A gravata, em oposição, ganha maior atenção: “Era nada menos que perfeita na sua cor vagamente indefinível, entremeadada de pequenas formas coloridas, em seu jeito alongado, na consistência que pressentia lisa e mansa ao toque” (ABREU, 2001, p. 26). Enquanto a ausência de uma precisão na caracterização do protagonista remete a uma equiparação entre todos os “homens”, entre todos os indivíduos que possuem rotinas de trabalho, que tomam ônibus e vivem sozinhos, convertendo-o em apenas mais um sujeito no meio da multidão, a impossibilidade de descrever com precisão a gravata devido à complexidade com que se apresenta para o personagem dá ao objeto um lugar de maior destaque do que o que é conferido ao sujeito. O título do texto (“Gravata”) anuncia essa superioridade.

Desde o início do texto, delinea-se uma relação sentimental entre o homem e o objeto que se torna alvo de seu desejo: “A primeira vez que a viu foi rapidamente, entre um tropeço e uma corrida para não perder o ônibus. Mesmo assim, teve certeza de que havia sido feita apenas para ele” (ABREU, 2001, p. 26). Ao longo do texto, essa relação intensifica-se: “eu te amo tanto, tanto” (ABREU, 2001, p. 29). A gravata passa a ocupar um espaço na vida do protagonista - “a cama pareceu menos vazia que de costume” (ABREU, 2001, p. 27)-, fazendo as vezes de um par romântico - “Apalpou-a sôfrego, enquanto sentia vontade de usar adjetivos pomposos e cintilantes, de recriar toda a linguagem para comunicar-se com ela” (ABREU, 2001, p. 27) -.

O protagonista é apresentado no texto como um indivíduo que vive imerso em uma rotina de trabalho. Ele surge sozinho, sem amigos ou familiares. Com roupas gastas pelo uso (“ternos, sapatos e camisas antigos, gastos, vulgares, cinzentos” - ABREU, 2001, p. 27), ele encanta-se por uma gravata. A gravata, enquanto peça do vestuário masculino, é usada, comumente, em conjunto com um terno e com sapatos, sendo associada a um traje mais formal e pertencente a ambientes de trabalho que requerem o emprego da

razão em oposição à força física. Vinculada ao ambiente urbano, a gravata erige-se como uma marca da rotina de trabalho do protagonista na urbe.

Durante o texto, o narrador nos apresenta uma oposição a partir da qual a relação entre o indivíduo e o objeto deve ser percebida: razão *versus* loucura. A loucura surge associada ao sentimento que o protagonista nutre pelo objeto. Ao reconhecer que sente medo das coisas que não consegue compreender, o personagem assume que mantinha uma vida calculada e medida: “Pois sempre fora tão objetivo. Suportava apenas as superfícies onde o ar era plenamente respirável, e principalmente onde os sentidos todos sentiam apenas o que era corriqueiro e normal sentir. Subitamente pensava e sentia e dizia coisas que nunca tinham sido suas” (ABREU, 2001, p. 29). O ato de vivenciar algo desconhecido, algo que ele não consegue racionalizar (“por mais que tentasse racionalizá-la ou enquadrá-la, ela sempre ficaria muito além de qualquer tentativa de racionalização ou enquadramento” – ABREU, 2001, p. 29) o deixa amedrontado.

Quando o protagonista assume seu medo, ele consegue ir além da objetividade que o mantinha atrelado a sua rotina, que o fazia medir suas ações, que o limitava: “sim, podia fazer qualquer coisa” (ABREU, 2001, p. 29). Ao reconhecer seu medo, ele reconhece que não possui controle sobre tudo, entregando-se aos sentimentos: ao admitir-se perdido, ele consegue encontrar-se. A razão isoladamente não é capaz, no texto, de dar conta de toda a complexidade implicada na existência do protagonista, mostrando-se insuficiente para tratar de seus sentimentos, de suas experiências: é necessário um pouco de loucura.

No último parágrafo do texto, ao reconhecer seus medos, o protagonista tenta lidar com o objeto. Há um respeito e uma veneração do sujeito para com o objeto, mas aquele rompe a barreira que os separava e assume o objeto como seu. Nesse momento, a gravata ganha vida e sufoca o protagonista: a vida presente na gravata tira a vida do protagonista.

Modernidade: Fator Econômico *versus* Estrutura Econômica

Segundo Octávio Paz (1984), o início da Modernidade ocorre no final do século XVIII, sendo este um período singular, cuja principal característica está vinculada à crítica e, por conseguinte, à razão. O emprego de termo “moderno” como sinônimo de novo, como oposição ao que está estabelecido, pode ser encontrado em diversos momentos da história da humanidade, entretanto nenhuma época antes da nossa autodenominou-se como Modernidade (PAZ, 1984). As implicações dessa denominação estão atreladas principalmente ao fato da razão ter sido erigida como pedra fundamental desse período histórico: na Modernidade, “a razão surge como um princípio suficiente: idêntica a si mesma, nada a fundamenta a não ser ela própria e, portanto, é a base do mundo” (PAZ, 1984, p. 46).

De acordo com Habermas (2000), Hegel foi o primeiro filósofo que desenvolveu um conceito claro de Modernidade. O fato de Hegel ter aplicado o conceito de Modernidade, antes de tudo, em contextos históricos, como conceito de época - os “novos tempos” são os “tempos modernos” -, estabelece uma correspondência com o uso contemporâneo “do termo em inglês e francês: por volta de 1800, *modern times* e *temps modernes*” (HABERMAS, 2000, p. 09), designando os três séculos precedentes. Para Habermas, o início da época moderna é anterior ao século XVIII. Três acontecimentos históricos ocorridos por volta de 1500 – a descoberta do “Novo Mundo”, o Renascimento e a Reforma Protestante – são apontados como o “limiar histórico entre a época moderna e a medieval” (HABERMAS, 2000, p. 09). Essa referência a um novo tempo, feita por Hegel, perdeu o sentido puramente cronológico e assumiu uma significação de oposição em relação ao tempo anterior: uma época enfaticamente “nova”. O “novo”, nesse caso, está intimamente associado ao futuro, ao tempo que está por vir, elegendo-o como sua pedra de toque:

O conceito profano de tempos modernos expressa a convicção de que o futuro já começou: indica a época orientada para o futuro, que está aberta ao novo que há de vir. Com isso, a censura em que se inicia o novo é deslocada para o passado, precisamente para o começo da época moderna. Somente no curso do século XVIII, o

limiar histórico em torno de 1500 foi compreendido retrospectivamente como tal começo” (HABERMAS, 2000, p. 09).

Os períodos históricos que antecederam a Modernidade defendiam a unidade entre o passado e o presente, enquanto a Modernidade destaca as diferenças entre o passado e o presente, propondo a existência de “passados”, pois não há um único passado. O moderno não é a continuidade do passado, mas sim sua ruptura, sua negação.

Além dos aspectos apresentados, há outros traços que podem ser relacionados com esse período: o aumento da produção, a construção de indústrias, o estabelecimento de uma rotina de trabalho no interior das fábricas, a segmentação da atividade produtiva. Esses traços já se delineavam ao longo dos séculos XVI e XVII, mas é a partir do século XVIII que vão encontrar o seu ápice. Quando a produção e o acúmulo de capital são postos no centro da vida pública, norteados o comportamento dos indivíduos que passam de possuidores do seu trabalho à mão de obra de uma indústria, principia o que pode ser chamado de processo desumanizador e alienante. Separado do fruto de seu trabalho, tendo somente uma noção fragmentária da sua atividade, os indivíduos perdem a noção de totalidade, ocasionando, de acordo com Mészáros (1993), “a desintegração progressiva das ligações sociais, a crescente atomização da sociedade, a intensificação do isolamento dos indivíduos, uns em relação aos outros, e a solidão, necessariamente inerente a essas tendências, sendo ela própria produto da alienação”.

Filósofos, como Karel Kosik (1979), defendem que, com o sistema capitalista, o homem perdeu a realidade. Com o surgimento de grandes fábricas, o sistema de trabalho foi modificado, passando de um processo de criação e reflexão a um processo automatizado e fragmentado. Essa mudança teve como resultado sujeitos alienados que perderam a noção de totalidade (de dominantes passaram a dominados). Na sociedade capitalista moderna, o elemento subjetivo da realidade social surge separado do elemento objetivo, como se fossem duas substâncias independentes: subjetividade vazia de um lado e objetividade coisificada de outro; de um lado o automatismo da situação dada e de outro a psicologização e a passividade do sujeito. Sob esse prisma, surge o Fator Econômico.

O Fator Econômico é uma forma de pensar a realidade/sociedade que retira do cenário o homem enquanto produtor de sua vida social – através do seu trabalho -. Isso causa uma deformação – um transtorno histórico – porque o homem perde sua humanidade: objetividade e subjetividade são vistas de forma separada, como se fossem independentes. A teoria dos fatores inverte o movimento social, colocando-o de cabeça para baixo, já que considera como responsáveis desse movimento social os produtos isolados da *práxis* humana – seja objetiva ou espiritual. Não leva em conta que o único portador verdadeiro do movimento social é o homem no processo produtor e reproduzidor de sua vida social. Sem a dimensão de totalidade, o indivíduo torna-se gradualmente alienado, uma vez que de dominante do objeto produzido, converteu-se em dominado pelo sistema de produção.

A Teoria Materialista, ao contrário, parte do conceito de que o social é constituído pela Estrutura Econômica: a Estrutura Econômica cria a unidade e a conexão de todas as esferas da vida social (KOSIK, 1979). A Estrutura Econômica é um conjunto das relações sociais que os homens contraem na produção e sua relação com os meios de produção: “La conciencia no es reducida a las condiciones dadas; el centro de atención lo ocupa un proceso, en el cual el sujeto concreto produce y reproduce la realidad social, al mismo tiempo que es producido y reproducido históricamente en ella” (KOSIK, 1979, p.139).

No Fator Econômico, encontramos um fator (o econômico) como determinante dos demais – os fatores são vistos de forma independente e a realidade social é percebida como fragmentada -. Enquanto na Estrutura Econômica, há o estabelecimento de uma relação dialética de interdependência entre todas as esferas da sociedade – unidade da realidade social -: é o homem que produz os bens materiais, o mundo materialmente sensível.

Na concepção materialista, o homem cria a economia e a poesia, ambos são produtos da *práxis humana*, equivalentes. A própria realidade social não existe somente sob a forma de “objeto”, de situação dada, de circunstância, mas também como atividade

objetiva do homem, que cria as situações como parte objetivada da realidade social. Entretanto, a crença no Fator Econômico como organizador e gerenciador da sociedade, como uma força independente que determina as atividades humanas, tornou-se cada vez mais forte devido à rotina de trabalho dos indivíduos, devido à perda do referencial unitário dos produtos por eles desenvolvidos. A desumanização retira do sujeito a sua condição de sujeito cognoscente, tornando-o um sujeito repetitivo, para o qual resta o vazio, ou seja, a alienação: o sujeito é reduzido à condição de objeto (MÉSZÁROS, 1993).

No conto “Gravata”, de Caio Fernando Abreu, encontramos uma clara referência ao Fator Econômico na construção do enredo e na estruturação dos personagens. Ao princípio da narrativa, o protagonista mostra-se como um sujeito com uma rotina de trabalho estabelecida. O trajeto de casa para o trabalho exige um ritual: escolher roupas, tomar o ônibus, etc. Esse ritual é repetido por ele diariamente. A cada saída para o trabalho ele passa pelos mesmos lugares. O texto enfatiza esse aspecto: no “dia seguinte quando, voltando pela mesma rua, tornou a defrontar-se com ela” (ABREU, 2001, p. 26). Contudo, não há no texto referência a aos sujeitos que o protagonista possa conhecer ou encontrar ao repetir diariamente o mesmo trajeto. Quando o narrador menciona os demais homens que viajam no mesmo ônibus que o protagonista, estes surgem sem rostos, sem traços físicos, sendo identificados apenas pelas roupas que portam. Os traços físicos do próprio protagonista somente são apresentados no último parágrafo e de forma tão breve que o leitor necessita esforçar-se para criar uma imagem deste. As marcas urbanas, como as ruas, os ônibus, o asfalto e as lojas, são sobrepostas aos aspectos humanos no texto.

O protagonista encontra-se imerso em uma rotina, afastado dos demais sujeitos que o cercam. Suas relações, por conta disso, se estabelecem com os objetos e não com outros sujeitos: no meio da urbe, ele vive sozinho. A racionalidade predomina em suas ações e em suas posturas. Encontramos o protagonista cindido: sua perspectiva é apenas objetiva. Alienado, isolado, ele entra em conflito: apaixonado por um objeto, o protagonista assume para si mesmo o caráter de objeto. No entanto, a razão mostra-se insuficien-

te para dar conta dos sentimentos que ele experimenta. A loucura surge, então, no conto, como oposição à razão. Amedrontado, o protagonista a vê como negativa.

Porém, ao longo do texto, ele percebe a existência de outros sujeitos, de vida para além de sua casa: “o sábado acontecendo por trás das janelas entreabertas” (ABREU, 2001, p. 28). E, ao tentar racionalizar o que sente, busca na falta de humanidade da gravata uma justificativa para a impossibilidade de amá-la:

Você é minha. Você não passa de um objeto. Não importa que tenha vindo de longe para pousar entre coisas caras na vitrine de uma loja rica. Eu comprei você. Posso usá-la a hora que quiser. Como e onde quiser. Você não vai sentir nada, porque não passa de um pedaço de pano estampado. Você é uma coisa morta. Você é uma coisa sem alma. (ABREU, 2001, p. 28)

Mas, seus sentimentos não podem ser facilmente racionalizados. O sujeito do conto de Abreu vê-se perdido, atordoado, pois o fato da gravata ser um objeto não impede que ele a ame. No texto, o narrador nos mostra a gravata com traços humanos, atribuindo-lhe também sentimentos: “Que ela, sabia, também ansiava por ele” (ABREU, 2001, p. 27). O protagonista ao reconhecer o que sente, ao reconhecer seu medo, assume uma parte de seu caráter humano que estava ausente por conta de sua rotina: a subjetividade. Somente quando isso acontece no texto, é que o sujeito sente-se capaz de apossar-se do objeto que comprou e usá-lo na condição de objeto e não mais na condição de ente para o qual devotava todo seu amor. A totalidade parece, então, ter sido recuperada e o personagem parece estar pronto para uma vida além das paredes de sua casa, para uma experiência fora de sua rotina, para o contato com outras pessoas: “Sentia-se aliviado. Já não era tão cedo nem era mais sábado, mas se se apressasse podia ainda quem sabe viver intensamente a madrugada de domingo” (ABREU, 2001, p. 30).

No momento em que o protagonista parece restabelecer a totalidade, que parece abandonar o estado de alienação no qual estava imerso (Estrutura Econômica), o objeto que havia catalisado essa tomada de consciência assume vida e o mata. A gravata, enquanto símbolo da rotina do protagonista, trata de impedir que o sujeito assuma o controle: o objeto impede que o indivíduo recobre sua humanidade, sua totalidade. Na

gravata, encontramos a figura do mercado econômico, da sociedade capitalista, do Fator Econômico.

A veneração do protagonista em relação ao objeto converte este no centro de sua vida social. A produção em série, o mercado e o consumo, elementos da Modernidade, parecem impedir uma tomada de consciência por parte do protagonista. No entanto, este, ao amar um objeto, consegue encontrar nesse sentimento a subjetividade que lhe fora retirada. Todavia, o mercado, metaforizado na gravata, o impede de prosseguir, aniquilando totalmente sua humanidade, anulando sua existência.

Considerações Finais: Uma visão fatalista da Modernidade?

Quando, no período ditatorial, o Brasil busca alcançar um padrão de desenvolvimento econômico e urbano, a sociedade depara-se com uma série de alterações para as quais não estava preparada. Enquanto, a cidade desenvolve-se através da criação e implantação de fábricas e indústrias, alterando o ritmo do trabalho e, por conseguinte, a rotina dos sujeitos, o campo modifica-se em um ritmo mais lento ocasionado uma grande oposição entre o urbano (moderno) e rural (atrasado). Viver nos centros urbanos brasileiros implicava (e ainda implica) em adaptar-se ao ritmo de produção e de comércio da sociedade capitalista. Os sujeitos veem-se imersos em uma rotina que exige um regular deslocamento de casa para o trabalho e do trabalho para a casa. Nessa rotina, estão incluídas as roupas (uniforme de trabalho), o transporte (normalmente ônibus e metrô), os horários das refeições e a repetição constante das mesmas atividades laborais.

Na sociedade capitalista moderna, a compra-venda objetiva o lucro constante. Os indivíduos são “bombardeados” com novos produtos a cada dia: é necessário inovar, produzir mais, vender mais, lucrar mais. Nesse cenário, os objetos assumem uma posição de destaque. Estar na moda, ter o melhor o carro, comprar o último eletrodoméstico lançado ganham relevância na sociedade moderna. A cada dia algo novo é lançado. Os sujeitos, em meio a todas essas mudanças, passam a atribuir valor aos modelos mais novos, às marcas mais conhecidas, ambicionando comprar cada vez mais. Os objetos são

postos no centro da cena, no centro das relações sociais: os homens vestem marcas, usam modelos, são os objetos que os determinam – o homem converte-se em um objeto -.

Os comerciais figuram por todos os lados da urbe. Faixadas reluzentes de lojas dizem o que comprar e quando comprar. Os objetos são facilmente descartados e substituídos por outros mais novos em um ciclo de compra-uso-descarte que parece não ter fim. O indivíduo, em meio a esse contexto, vê a necessidade de “ter”, a urgência em “possuir” para integrar um grupo social, para constituir-se como parte da sociedade: as relações humanas também passam a ser pautadas pelas leis de compra e venda do mercado.

No conto de Caio Fernando Abreu que escolhemos, o protagonista encontra-se imerso no contexto capitalista moderno. Sua rotina de trabalho estabelece certa “objetividade” em sua vida. Essa objetividade, no entanto, é abalada pelo encantamento que ele passa a sentir em relação a um objeto (uma gravata). Almejar um objeto novo, supostamente superior ao que possuía, converte o protagonista em apenas mais um dos tantos sujeitos que vivem na urbe, que fazem parte do sistema capitalista que nela impera. O que surge como diferencial no texto é o fato do protagonista devotar um sentimento tão forte para a gravata (denominado por ele de “amor”), dando ao objeto um status único, equiparando-o a uma pessoa. Nesse momento, a gravata ganha o centro do conto, sua cor indefinida, suas formas e sua textura seduzem o sujeito ao ponto deste mudar seus hábitos para possuí-la (“Alguns cigarros a menos, algumas fomes a mais” – ABREU, 2001, p. 27). O objeto ganha vida no texto. Ocupa o espaço dos demais indivíduos nas relações pessoais (objeto humanizado de um lado e sujeito coisificado de outro). Quando consegue comprá-la, o protagonista se vê em meio a sentimentos opostos: ao mesmo tempo em que busca racionalizar o que sente na tentativa de perceber a gravata como um objeto e, então, fazer uso dela, ele percebe a impossibilidade de controlar suas emoções: o protagonista debate-se entre o objetivo (a lógica do mercado) e o subjetivo (seus sentimentos). O impasse somente é resolvido quando o protagonista tenta unir os dois polos (objetivo e subjetivo), sendo então capaz de tomar posse do objeto.

O texto de Abreu pode ser percebido como uma crítica ao mercado, ao consumo excessivo que impera na sociedade capitalista. A solidão do sujeito e a busca do amor em um objeto retratam uma sociedade pautada na lógica do mercado. O protagonista, incompleto, segue a objetividade do mercado, estabelece sua rotina a partir do modelo de trabalho e de consumo estabelecido. Mas essa objetividade não é suficiente para dar conta de seus sentimentos frente ao objeto. Quando o sujeito assume seus sentimentos, ele parece ter alcançado a totalidade. Isso, entretanto, dura apenas uma curta fração de tempo. Logo, o objeto assume o controle, asfixia, aniquila o sujeito.

O final do conto parece conduzir para uma visão fatalista, retratando a impossibilidade do indivíduo de desvencilhar-se do contexto, do mercado, do capitalismo, acabando por ser aniquilado. Entretanto, em seu sentido menos aparente, encontramos um texto que alerta para as relações impessoais e superficiais estabelecidas pela sociedade capitalista. O conto mergulha na subjetividade do protagonista para mostrar-nos o debate entre o objetivo e o subjetivo e a necessidade de conciliá-los. O sujeito fragmentado, incompleto, surge alienado, como o reflexo do mercado. Sua ambição está no consumo do melhor produto, na aparência. Porém, o consumo continua mantendo-o incompleto. Abreu nos apresenta uma sociedade automatizada nas relações de produção e consumo e mesmo nas relações sociais. A única forma de romper com essa automatização é através da reflexão e do estabelecimento de relações pessoais para além do espaço do mercado de consumo.

SENSE AND MADNESS IN CAIO FERNADO ABREU'S "GRAVATÁ"

ABSTRACT: In this paper, we present an analysis of the short story 'Gravata', written by Caio Fernando Abreu, from some aspects of modern capitalist society. We emphasize the opposition between objectivity and subjectivity in this short story considering the Economic Factor and Economic Structure perspective according to the philosophical studies of Karel Kosik (1979).

KEYWORDS: Caio Fernando Abreu; Modernity; Metropolis; Consumer Market

Referências

- ABREU, Caio Fernando. *O ovo apunhalado*. Porto Alegre: L&PM, 2001.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas III: Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. Tradução de José Carlos Martins Barbosa e de Hemerson Alves Baptista. 1. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.
- HABERMAS, Jürgen. *O discurso filosófico da Modernidade: doze lições*. Tradução de Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- KOSIK, Karel. *Dialéctica de lo concreto*. México: Grijalbo, 1979.
- MÉSZÁROS, István. A Alienação na Literatura Européia. In: _____. *Filosofia ideologia e ciência social*. Tradução Laboratório de Tradução do CENEX/FALE/UFMG. São Paulo: Ensaio, 1993.
- PAZ, Octávio. *Os filhos do barro: do romantismo à vanguarda*. Tradução de Olga Savary. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- SIMMEL, Georg. O Estrangeiro. In: MORAES FILHO, Evaristo de (Org.). *Georg Simmel: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 182-188.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Tradução de Mário Salviano Silva. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- VASCONCELLOS, Eduardo Alcântara. *Transporte urbano nos países em desenvolvimento: reflexões e propostas*. São Paulo: Annablume, 2000.

Recebido em 01/09/2013.
Aprovado em 26/11/2013.